



A GEOGRAFIA CULTURAL CONTEMPORÂNEA E OS FOCOS DE
TENSÃO NO MUNDO: uma contribuição ao debate

*CULTURAL GEOGRAPHY AND WORLD CONFLICTS NOWADAYS: a
contribution to debates*

*LA GÉOGRAPHIE CULTURELLE CONTEMPORAINE ET LES FOYERS
DE TENSION MONDIALS: contribution au débat*

José Antônio Souza de Deus

Professor Adjunto IV- Instituto de Geociências- IGC/ UFMG
Rua Mangabeira, 268/ 401- Santo Antônio- 30.350.170 Belo Horizonte (MG)
E-mail: jantoniosdeus@uol.com.br

Liliane de Deus Barbosa

Graduanda em Geografia e Análise Ambiental- UNI-BH
Rua Araguari, 373- São José- 35.700.238 Sete Lagoas/ MG
E-mail: liliande@terra.com.br

Resumo

Este trabalho discute os temas da mundialização, cultura e política, colocando em pauta a idéias de vários pesquisadores e destacando as contribuições daqueles vinculados às linhas interpretativas da Geografia Cultural contemporânea. Apresenta um painel dos conflitos étnicos, culturais e religiosos, ressurgentes em várias partes do mundo explicitando-os detalhadamente- com um foco particular de atenção na realidade brasileira. Tais questões são reelaboradas à luz das categorias conceituais de análise e paradigmas de interpretação do conhecimento etnogeográfico. Interdigitações destas abordagens com a dimensão ambiental e questões de gênero são também abordadas. Conceitos e temas como a problemática dos grupos minoritários, o fenômeno da emergência do(s) fundamentalismo(s), o panorama mundial dos movimentos migratórios na pós-modernidade (e sua dinâmica), a classificação das paisagens culturais, as redefinições atuais no papel do Estado, etc., são também aí focalizados.

Palavras-Chave: Etnogeografia, Geografia das Civilizações, Conflitos Mundiais.



Abstract

Globalization, Culture and Politics are at issue in this approach, in which ideas and propositions of several researchers are discussed. Nowadays ethnogeographical conceptions are prevailing in this investigation. Main ethnical, cultural and religious conflicts (rising again throughout the world) are presented and detailed, emphasizing such discussions and debates in Brazilian territorial context. Geographical concepts and paradigms are adopted to clarify these dimensions. Linked environmental and gender questions are also considered and examined in this research. Besides, concepts and themes as for example minority claims; fundamentalist worldwide tendencies; post-modernity migration dynamics and processes; cultural landscapes classification; recent mutability in the recent role of Nation State, etc., are also focalized and verified.

Key-Words: Ethnogeography, Cultural Geography, World Conflicts.

Resumé

La mondialisation, la culture et la politique sont dimensions abordées ici à partir de la discussion des idées et postulations de divers chercheurs, et surtout, des contributions des investigations alignées avec la géographie culturelle aujourd'hui. Les principaux conflits de nature ethnique, culturelle et religieuse du monde sont présentés et détaillés, avec emphase particulier au context brésilien. Les catégories conceptuelles d'analyse et les paradigmes d'interprétation ethnogéographiques sont privilégiés dans la recherche développée. Questions environnementales et de genre que se rapportent et s'approchent de la dimension culturelle sont examinées aussi. Autres concepts et thèmes focalisés sont la question des minorités; l'émergence généralisée des fondamentalismes; le panorama mondial et dynamisme des migrations dans la post-modernité; la classification des paysages culturelles; les realignements actuels et rôle d'État, etc.

Clés-Mots: Ethnogéographie, Géographie des Civilizations, Conflits Mondiaux.

Introdução

Este trabalho é uma atualização de texto elaborado em exame de qualificação escrito apresentado ao *Programa de Pós-Graduação em Geografia do IGEO-UFRJ* e que teve como objetivo essencial explicitar a contribuição do Conhecimento Geográfico para a compreensão dos atuais conflitos culturais no mundo, num contexto de crescentes preocupações sobre as questões culturais e em que os estudos etnogeográficos são progressivamente revitalizados e revalorizados- no contexto internacional (no âmbito das linhas de pesquisa acadêmicas das escolas anglo-saxônica e francesa da Geografia Cultural, por exemplo), e também nacionalmente (DEUS, 2005). Nesse contexto, vários

conceitos e temas emergem como pertinentes e estratégicos para os desenvolvimentos teórico-metodológicos em curso direcionados para a releitura e reelaboração da teoria social em geral e da Geografia Humana em particular (CLAVAL, 2008), como o papel das clivagens intercivilizacionais como chave de interpretação para os conflitos atuais, o redesenho das religiões no mundo, a emergência de identidades coletivas, a formação e diferenciação de paisagens culturais alternativas, a ressignificação dos movimentos migratórios, a legitimação do ordenamento como instrumento de intervenção do Estado no território, a gestação/ afirmação de uma geopolítica da biodiversidade imbricada com processos de etnodesenvolvimento e etnossustentabilidade resgatando saberes de *comunidades tradicionais* (que se reterritorializam), etc.

A Geografia Cultural e a Redescoberta da Complexidade do Mundo

Em função da crescente mobilidade e globalização da economia, postulava-se até recentemente, uma inevitável uniformização planetária. Atualmente contudo, a relevância atribuída ao consumo de ordem cultural, às diferenças étnicas e à questão dos valores torna-se visível. A rejeição aos valores ocidentais também se acentua. Surgem e adquirem força posições fundamentalistas e ressurgem o nacionalismo. Assim, embora muitos julgassem que o desaparecimento da maior parte dos traços que promoviam a infinita variedade do mundo tradicional anunciava a erosão das diferenças culturais, o que se observa hoje são “sociedades onde os problemas de identidade são mais envolventes do que nunca! É este paradoxo que é necessário compreender para vencer os desafios que nossas sociedades devem revelar no domínio da cultura” (CLAVAL, 1999, p. 387). As transformações em curso certamente justificam, como demarcou o Comitê Editorial do periódico *Géographie et Cultures*, em 1992, a atenção renovada que os geógrafos estão hoje crescentemente atribuindo às dimensões cultural e social (AMORIM FILHO, 2007), inclusive reconhecendo que as realidades culturais na organização do espaço foram certamente subestimadas no passado. Quase continuamente tem-se colidido com as questões culturais ao se descrever o corpo social e sua configuração espacial: elas condicionam a percepção que os indivíduos têm do mundo, alimentam os valores que modelam a personalidade e presidem às escolhas; elas

dão significação à situação de cada um no corpo social e definem as forças que conferem a cada grupo seu dinamismo. De acordo com Carvalho (1985, p. 67),

“a reivindicação da diferença e a emergência das identidades coletivas vêm se constituindo como um dos fenômenos mais expressivos dos tempos atuais e como um dos maiores desafios explicativos para as ciências sociais... Com efeito, o estudo das diferenças e das alteridades encontra-se remetido à análise mais ampla das relações interculturais e do conjunto de fenômenos coletivos a elas ligados, expresso por formas organizacionais próprias capazes de re-articular o ideário cultural com a presença ativa e crescente no interior da sociedade mais ampla”.

O estudo da geografia das religiões também representa “terreno inteiramente novo de pesquisas, que somente a partir das últimas décadas vem merecendo a atenção e interesse dos estudiosos” (SCHELESINGER, PORTO, 1988, p. 5). E é oportuno se conhecer a natureza do espaço sagrado, como se constrói tal espaço e porque ele se torna qualitativamente diferente do espaço profano que o circunda. A difusão espacial das religiões é também importante para a Geografia, e nas últimas décadas, passaram a ser valorizadas as relações recíprocas entre religião e ambiente, incluindo-se aí a análise da paisagem, o simbolismo dos lugares sagrados e as práticas sociais associadas ao sagrado (FICKELER, 2008; ROSENDAHL, 2008). De acordo com Corrêa (1995, p. 17) as manifestações religiosas em sua dimensão espacial, como as “peregrinações às cidades santuários, definindo espaços sagrados e espaços profanos” são temas válidos para a investigação geográfica. E como aponta Vesentini (1991, p. 29):

“há uma redescoberta da complexidade do mundo. A questão das culturas- veja, por exemplo, a importância do islamismo no Oriente Médio, do hinduísmo na Índia e do confucionismo na China- passa a ser revalorizada. Os projetos políticos, que muitas vezes redefinem as condições econômicas- veja, por exemplo, a unificação européia- voltam a ser também valorizados. Enfim, redescobre-se a pluralidade de caminhos e opções que existem ou que podem ser criados. O dogmatismo do ‘caminho único’ está em baixa e a riqueza cultural da pluralidade da diversidade ganha espaços nas teorias e explicações do Mundo”.

Dreifuss (1996, p. 169), registra que a diversidade cultural “se constitui e se afirma como contrapartida da mundialização”. Samuel Huntington (1996) por sua vez



assinala: as mudanças econômicas e sociais estão separando as pessoas das identidades locais formadas há muito tempo. “Em boa parte do mundo, a religião tomou a si a tarefa de preencher este hiato, com frequência na forma de movimentos fundamentalistas encontrados no cristianismo ocidental, judaísmo, budismo, hinduísmo e islamismo”. A atualidade está marcada por crises que escapam aos determinismos materiais sobre os quais se insistia há 30 anos. Resultam da ressurreição dos nacionalismos, da emergência de fundamentalismos e da procura, por grande parte da população mundial, de uma identidade que parece lhe escapar. Dollfus (1993, p. 42) salienta, a propósito, que:

“a recusa da ‘mercantilização’ de todas as atividades, o choque ligado à introdução dos modelos imediatistas ‘ocidentais’ alimentam fenômenos de rejeição. Favorecem retornos a valores ‘tradicionais’, religiosos, culturais, étnicos. É a emergência dos ‘fundamentalismos’ do islamismo ou do hinduísmo e das seitas, assim como o ressurgimento das paixões étnicas. Esses movimentos testemunham a busca de solidariedades, de uma vida talvez menos banhada no mercado. Mas é também, ao mesmo tempo, a explosão possível dos fanatismos, com os ódios que daí decorrem”.

Surgem e se fortalecem assim, correntes fundamentalistas no interior das duas maiores religiões: o cristianismo e o islamismo. O fundamentalismo certamente percolou toda a história e trajetória humanas, mas como observa Castells (1998, p. 13, tradução nossa), surge de forma particularmente influente “como referencial identitário” na transição do século XX para o século XXI. No caso do fundamentalismo islâmico, o poder de sedução da revolução de Khomeini derivava do fato de que ela oferecia uma alternativa que escapava à lógica dos grandes blocos (capitalista e socialista). E mais, ela conferia ousadia, dignidade e autoconfiança a uma vasta região do mundo “que, durante todo o Século XX, foi superexplorada pelas grandes potências” (ARBEX Jr., 1996, p. 59). Aspectos culturais como o refortalecimento da tradição religiosa e dos dogmas fundamentalistas, a retomada das identidades étnicas com a emergência do racismo; e fenômenos incidentes nas escalas regional/ nacional, com os movimentos separatistas, trazem à tona velhos dilemas submersos pelo conflito hegemônico da *Guerra Fria*, que polarizou o debate ideológico em torno do embate Capitalismo X Socialismo. Numa época de crise e insegurança, muitos grupos reagem frente à fragmentação apelando para suas ‘raízes históricas’ e sua territorialidade usurpada, não



raro em movimentos ultra-conservadores e reacionários. É como se os feitos mais decantados da modernidade, como o Estado laico, a sociedade de consumo e a democracia liberal estivessem sendo colocados em xeque, numa prova de que nunca foram universalizados ou jamais atenderão às aspirações de expressiva parcela da humanidade. Também no âmbito cultural a ‘nova’ ordem tem muito de velha, conservadora e discricionária. O que não significa que muitos movimentos (ecológico, feminista...), ao defenderem o respeito às diferenças, não representem resistências positivas num mundo cada vez mais homogêneo, totalizante e culturalmente opressor.

A Dimensão Cultural dos Conflitos: A Secular “Linha de Cisão” Entre as Civilizações Européia e Islâmica e Outras Clivagens Intercivilizacionais

Em polêmico ensaio (“The Clash of Civilizations”), Huntington (1996), postulou a existência uma linha divisória que passaria pelas civilizações, afirmando que a fonte fundamental de conflito no mundo não seria mais ideológica nem econômica: as grandes divisões na humanidade e a fonte predominante de conflito seriam agora de ordem cultural. Os Estados-Nações continuariam a ser os agentes mais influentes nos acontecimentos globais, mas os principais conflitos ocorreriam entre nações e grupos de diferentes civilizações. O “choque de civilizações” dominaria a política global. As linhas de cisão seriam as linhas de batalha do futuro.

Vale ressaltar que após o aparecimento do moderno sistema internacional com a Paz de Westfália em 1648, os conflitos no mundo ocidental aconteceram em boa medida entre governantes- imperadores (monarcas absolutistas e constitucionalistas)-, que tentaram expandir seu corpo burocrático, Exército, poderio econômico mercantilista e acima de tudo, o território sob seu domínio. Nesse processo, criaram-se os estados nacionais, e a partir da Revolução Francesa, as linhas de conflito situaram-se entre nações e não entre governantes. Essa tendência que marcou o século XIX perdurou até o fim da I Guerra Mundial. Foi como resultado da revolução russa e da reação contra ela, que o conflito de nações deu lugar a seguir ao conflito de ideologias, primeiro entre o comunismo, o nazi-fascismo e a democracia liberal, e a seguir entre o comunismo e a democracia liberal. Durante a *Guerra Fria*, este último conflito incorporou-se à luta



entre as duas superpotências: nenhuma delas constituía um Estado-Nação no sentido europeu clássico, e cada qual definia sua identidade em termos da ideologia que professava. Estes conflitos entre governantes, estados nacionais e ideologias foram essencialmente conflitos ocorridos no seio da civilização ocidental, ‘guerras civis ocidentais’. Com o fim do Comunismo, a política internacional passou a ter como foco central a interação entre a civilização ocidental e as não-ocidentais e a interação destas últimas entre si. Mas com o desaparecimento da divisão ideológica na Europa, veio à tona a divisão cultural do continente entre cristianismo ocidental, cristianismo ortodoxo e islamismo (de acordo com Huntington (1996), o conflito na linha de cisão entre as civilizações ocidental e islâmica está em ebulição há 1300 anos e não é provável que chegue ao fim. Ele pode tornar-se mais virulento)! Uma visão incomum como a de Huntington suscitou críticas; como os questionamentos de Santos (1993, p. 154), que a considerando conceitualmente frágil, contestou a definição da América Latina como civilização marginal, “à deriva” em relação ao resto da humanidade. Para Becker (1995, p. 305), é lícito o reconhecimento de uma lógica cultural, “em termos de valores civilizacionais”, apesar das críticas formuladas “ao paradigma de Huntington”. As tendências apontadas pelo autor parecem atraentes, mas aparentemente permanecem no campo fértil e hipotético dos prognósticos. Embora não haja como negar que há focos de conflitos desenvolvidos na interface de diferentes civilizações. Alguns exemplos podem vir de imediato à memória, como os Bálcãs, o Cáucaso, a Caxemira (Kashmir)... E o que é instigante sob o ponto de vista dos geógrafos é que se trata de regiões cuja organização socioespacial, inserção no contexto geopolítico, trajetória geohistórica e interações etnogeográficas permanecem superficialmente investigadas. Ortiz (1997) não se reporta ao trabalho de Huntington, mas critica uma modalidade de literatura futurista, imaginativa e falsa... chamando a atenção para a profusão de metáforas utilizadas para descrever as transformações na atualidade que revelam uma realidade emergente ainda fugidia ao horizonte das Ciências Sociais. Para o autor, as metáforas nos dão um retrato incompleto e nebuloso do que se está querendo apreender, pois toda metáfora é um relato figurado: o que se ganha em consciência perde-se em precisão conceitual.

Já Dalby (1998) questiona as propostas de Huntington porque para ele inexistiria um diferencial cultural acentuado entre sérvios e croatas. Mas... ainda que os dois principais protagonistas dos Bálcãs se expressem na mesma língua (o *servo-croata*), na

região, existem linhas de contato (e atrito...)- descontínuas, entre três civilizações. Os eslovenos e croatas se inserem ao universo cultural da Europa Ocidental com suas economias industrializadas e forte influência católica e germânica (herdada da hegemonia do Império Austro-Húngaro na região, até a I Grande Guerra). Já os sérvios e macedônios se agregam ao grande aglomerado cristão-ortodoxo da Europa Oriental, sensível a apelos do *pan-eslavismo* (desde época da I Guerra Mundial). Já os muçulmanos da Bósnia, albaneses e kosovares correspondem à cunha residual da civilização islâmica na Europa (após a regressão do domínio otomano cristalizada em 1389, com a vitória dos cristãos na batalha de Kosovo). Na Bósnia, de acordo com Jacomini (1998, p. 89), “o país está dividido, com três grupos separados por interesses diferentes, articulados para atingir seus objetivos: a Grande Croácia, a Grande Sérvia, e uma Bósnia-Herzegovina laica, multicultural e multinacional”. Para Roux (1991, p. 14), na ex-Iugoslávia, presenciamos à “desintegração de uma sociedade plurinacional insuficientemente consensual, em que desapareceram os dois fatores de coesão: o fator interno, o poder do partido e do Estado, e o fator externo, o equilíbrio de forças de um mundo bipolar”. Lacoste (1991, p. 8, tradução nossa), a propósito, reintroduz na realidade atual a discussão sobre o termo “balcanização”, que segundo ele “ainda suscita atenção e inquietude, significando uma situação geopolítica complicada e perigosa...” (Poder-se-ia falar por exemplo, hoje, de uma “balcanização” do Líbano ou do Irak).

No Cáucaso, assistimos recentemente à cruenta guerra na Tchetchênia (os *tchetchenes* já vinham se opondo ao avanço russo desde meados do século XVIII). A região é um cadinho de povos com história e distribuição espacial emaranhadas e tumultuadas por atritos e fricções de três civilizações distintas: a cristã-ortodoxa eslava no centro-norte; a islâmica (turco-persa, sobretudo), ao sul- resquício da conquista da região pelo Império Otomano, de 1566 a 1639; e a mongólico-budista a nordeste, remanescente das incursões dos povos das estepes, sobretudo da *Horda de Ouro*, de Gênghis Khan. No complexo caucasiano há povos cristãos (russos, ucranianos, georgianos, armênios), muçulmanos (tchetchenos, azeris...) e budistas (kalmiks). São faladas no Cáucaso, essa *terra incógnita*, tanto línguas indo-européias das famílias eslava oriental (russo, ucraniano), iraniana (ossétio, curdo) e armênia; como línguas



turco-altaicas (azeri) e altaico-mongólicas; além de idiomas propriamente caucasianos (mais de 40 línguas, incluindo o georgiano).

Ao longo desta linha “de cisão” entre as civilizações européia e islâmica, encontra-se também a Turquia. Para Huntington (1996) é um modelo de país “dividido”, por apresentar homogeneidade cultural, mas sem consenso quanto à civilização à qual se associar. Seus líderes desejam transformar o país em membro do Ocidente, mas a história, a cultura e as tradições do povo não são ocidentais. Arbex Jr. (1996, p. 90-91), reporta que “após a derrocada do império otomano, a Turquia passou a viver entre dois mundos: era, ao mesmo tempo, islâmica, fortemente impregnada pelo passado, e país-membro da OTAN”. Castells (1998, p. 19-20, tradução nossa) observa que neste país, que é a nação islâmica mais ocidentalizada, a herança secular, nacionalista de Atatürk, “foi desafiada quando, nas eleições de 1995, os islâmicos tornaram-se a principal força política do país, conquistando os votos radicalizados dos intelectuais e pobres urbanizados, e compondo o governo em 1996”. Huntington (1996), assinala que no final do século XX, os líderes turcos, seguindo a tradição de Atatürk, definiram a Turquia como um Estado-Nação moderno, secular e ocidental. Aliaram-se ao Ocidente na OTAN e na Guerra do Golfo, e pleiteiam a candidatura da Turquia à Comunidade Européia. Contudo, segmentos da sociedade apóiam o renascimento islâmico e sustentam que a Turquia é uma sociedade basicamente muçulmana e integrada ao Oriente Médio. E enquanto a elite turca proclama a Turquia uma sociedade ocidental, a elite do Ocidente se recusa a aceitá-la como tal. Rygiel (1998, p. 109, tradução nossa) observa que a fim de reproduzir uma identidade nacional coerente a partir de uma população culturalmente heterogênea, “o Estado turco adota políticas que assimilam, integram ou erradicam diferenças como a particularidade cultural curda, dentro da constituição política do Estado”. Mas esta política é hoje arriscada uma vez que a globalização fomenta maior mobilidade entre as culturas e povos. A Turquia é portanto, um país em conflito latente, sem definição precisa de sua identidade.

No Kashmir, por outro lado, “duelam-se” há décadas as duas grandes versões civilizatórias do subcontinente indiano: a bramânico-hinduísta e a islâmico-paquistanesa, com duas línguas praticamente iguais: o *hindi* (escrito no alfabeto indiano e falado por 1/3 da população da Índia); e o *urdu* (escrito no alfabeto árabe e enriquecido, no Paquistão, com vocábulos árabes e persas). Os dois vetores de uma



mesma cultura “que impregna completamente seu estilo de vida e lhe confere uma identidade irreduzível” (BRETON, 1990, p. 62), são “rivais” que entraram em conflito com a invasão paquistanesa na Caxemira (1965), voltaram a se confrontar com o apoio militar da Índia à secessão de Bangla Desh (1971) e adquiriram potencial beligerante capaz de inquietar até a superpotência norte-americana!

Outro foco de divergência na linha de frente intercivilizacional corresponderia à crucial e simbólica disputa sobre o status político de Jerusalém (entre Israel, *Autoridade Nacional Palestina* e Vaticano), no cenário da confrontação entre as duas bifurcações civilizatórias de raiz semítica (judeus e árabes), segregadas por concepções até hoje inconciliáveis de caráter religioso e histórico. Adicionalmente continuam a pipocar no globo, contestações de minorias (algumas clássicas, mas ressurgentes)- como uígurs muçulmanos (que promoveram violentos protestos em julho/ 2009, na região autônoma de Xinjiang – a antiga Sinkiang) e budistas lamaístas do Tibet- totalmente distintos dos chineses *han* (CANNON, JENKINS, 1992); russos nos países bálticos, Moldávia e Ucrânia (Criméia); índios tzeltales, tzotziles e choles de Chiapas, no México (CASTELLS, 1998); cristãos de Ambon (Molucas), separatistas de Aceh (Sumatra) e Papua (Nova Guiné), na Indonésia, e do Assam, na Índia; muçulmanos de Mindanao e Jolo, nas Filipinas; separatistas tamis do norte do Sri Lanka (duramente reprimidos pelo governo cingalês em maio/ 2009); franco-canadenses (“quebecois”) no Canadá, flamengos e valões na Bélgica (a rivalidade entre flamengos e valões se manifesta porque, apesar da convergência religiosa entre eles- ambos católicos-, a supremacia cultural dos valões de expressão francesa e a prosperidade econômica dos flamengos, cria atritos e a construção de um sentimento nacional belga permanece sem solução à vista- MELLOR, 1989).

Não podemos deixar de registrar ainda, o tradicional antagonismo entre a minoria tutsi (batutsi, watusi- 15% da população) e a maioria hutu (bahutu/ 85% da população) em Ruanda, Burundi e Congo, em seus cíclicos enfrentamentos que remontam aos séculos XV/ XVI (quando a “aristocracia” tutsi, de linhagem nilótica impôs seu domínio “feudal” sobre os servos bantu de etnia hutu- FAVROD, 1981). E embora haja diferentes análises sobre o efeito desagregador da criação de fronteiras artificiais com a partilha colonialista (BRENER, 1994; OLIVER, 1994), a África tornou-se nos últimos anos, palco de violentos conflitos intertribais. São poucas as

nações do continente com aparato institucional consolidado e com uma etnia majoritária (os ovambo na Namíbia, os tswana em Botswana, os sotho em Lesotho e os swazi na Suazilândia corresponderiam a exceções). Na África do Sul, além dos “brancos” (incluindo *afrikaners*), asiáticos e mestiços, há nove etnias *bantu*: os matabeli, sotho setentrionais e meridionais, swazi, tsonga, tswana, venda, xhosa e zulu (POTTS, 1992). Na maioria dos países africanos, há tensões entre etnias, como entre os xhosa do Transkei e os zulus da Província de Natal na África do Sul; os matabeli e a minoria shona (*mashona*) no Zimbabwe; os haussá islâmicos do norte, os yorubá adeptos dos cultos a *orixás* no sudoeste e ibos cristãos do sudeste da Nigéria (degenerando em genocídio em Biafra em 1967, após divergências sobre o controle de campos petrolíferos); mbundu do noroeste (e mestiços urbanizados) e ovibundu do sul de Angola (conflito ideologizado pela luta entre *MPLA* e *UNITA* durante o período da *Guerra Fria*); amárico-tigrina (cristãos do rito *copta*) na Etiópia e somalis islâmicos disputando a soberania sobre o Ogaden (região no sudeste da Etiópia, povoada por pastores nômades, em sua grande maioria somalis- GALLAIS, 1998); diferentes clãs de somalis em seu próprio país a partir de 1991; o governo central do Sudão (islâmico fundamentalista) e minorias negras cristãs do sul, ou mais recentemente, segmentos não arabizados do oeste do país (Darfur), etc.

Não resta dúvida portanto que a dimensão cultural e étnica vive um momento (se “fugaz” ou duradouro, não se vislumbra com nitidez) de incontestável dinamismo. Andrade (1994b, p. 30), se reportando às disputas de ordem cultural no mundo, assinala:

“O sentimento nacional levou os estadistas da década de 1920 a defenderem a necessidade de se criar Estados Nacionais, mas este princípio não foi respeitado em muitos casos, como o de povos eslavos que foram reunidos em um mesmo estado- casos da Tchecoslováquia e Iugoslávia-, de grupos nacionais que apesar de comporem um Estado tiveram grande parte da população localizada em estados vizinhos- caso da Hungria-, de nacionalidades que foram divididas em dois ou três estados – curdos, ewes, etc. - e de estados imperiais que se mantiveram multinacionais, como a União Soviética. Sabe-se também que em muitas áreas a população é constituída por pessoas de nacionalidades diferentes, como acontece na Bósnia-Herzegovina, com sérvios, croatas e muçulmanos, e no Cazaquistão, onde os russos são mais numerosos que os casaques. Em várias das repúblicas ex-soviéticas o percentual de russos na população total é superior a 30%, o que facilita uma política russa de reabsorção de territórios hoje independentes”.



Para Castells (1998, p. 27), a era da globalização é também a época da ressurgência do nacionalismo, expressa no desafio aos Estados-Nações e “na generalizada reconstrução da identidade com base na nacionalidade, sempre reafirmada em contraposição ao(s) estranho(s)”. Andrade, se reportando às diversidades culturais e políticas decorrentes da existência de minorias em determinados países (negros nos EUA; índios no Brasil; bascos, bretões e corsos na França, etc.), complementa:

“além das divergências étnicas, que fazem renascer velha polêmica sobre a questão nacional e, com menos intensidade, sobre a questão regional, ainda existem problemas criados por divergências lingüísticas – caso da Bélgica-, de religião – caso da Irlanda e do continente indiano- e de tradições históricas e culturais. As divergências entre croatas e sérvios derivam sobretudo de divergências religiosas – católicos os primeiros e ortodoxos os segundos- e culturais, com o uso do alfabeto latino pelos croatas e do cirílico pelos sérvios. Todos estes problemas trazem, naturalmente, uma recuperação de interesse e de prestígio para a geografia política e para a geopolítica, como também da geografia lingüística e das religiões: por uma geografia cultural, como preferem chamar os alemães. O prestígio mantido pela religião, que sobrevive às perseguições políticas e se recupera sempre que há uma ruptura no sistema de forças, é evidente no momento em que o Islã se torna uma ideologia capaz de mobilizar vários países e em que a ortodoxia volta a ter grande influência na Federação russa. Todas estas evidências levam a que se estude e se reflita sobre o papel desempenhado pelas idéias religiosas, ligadas à tradição, sobre a unificação ou a ruptura de unidades territoriais e políticas no momento em que se vive” (ANDRADE, 1994b, p. 31).

Já Castells (1998), elege como focos de investigação a questão da autonomia catalã, na Espanha, e dos *guetos* de população afro-americana nos Estados Unidos.

Uma situação em que as dimensões geográfica e cultural podem ser caracterizadas como particularmente instáveis/ mutáveis corresponde àquela das migrações, quando um povo transporta consigo sua língua, seu *savoir-faire* e seus ideais (DEUS, 2004). A emergência das questões culturais é assim colocada em evidência pelos fluxos migratórios, como os casos clássicos da diáspora judaica ou chinesa, de refugiados (por exemplo: da Europa Oriental para Alemanha, Áustria e Hungria), populações carentes e outros segmentos se deslocando de suas áreas de origem para



outros países ou mesmo continentes (por ex.: da África do Norte para Espanha, França e Itália), criando interfaces culturais antes inexistentes. E o influxo de trabalhadores nos países capitalistas avançados provoca reações discricionárias e racistas, nesta era de desemprego e incertezas. “A pobreza e a discriminação, especialmente nos EUA, Grã-Bretanha e França induziram cada vez mais grupos na população a insistir em sua identidade” (ENZENSBERGER, 1993, p. 105). O autor apresenta dados: 10 milhões de imigrantes foram do México para os EUA, 3 milhões da África do Norte para a França, 5 milhões para a Alemanha, dos quais quase 2 milhões de turcos. De início, a migração não foi apenas tolerada, mas firmemente incentivada. Essa atitude mudou apenas quando aumentou o desemprego. A partir de 1950, “a Europa Ocidental adquiriu uma população estrangeira proporcional em tamanho à população latina dos EUA” (McLAUGHLIN, 1993, p. 21, tradução nossa). Estima-se que 30 milhões de pessoas tenham ingressado na Europa de 1945 a 1975- um dos movimentos migratórios mais significativos da história moderna, enquanto que “a migração mais sistemática de latinos para os Estados Unidos dataria da década de 1960” (CASTRO, 1994, p. 280). Só nos países da *Comunidade Européia*, havia em 1991, 13 milhões de pessoas de origem não-européia legalmente estabelecidas, além de 2 milhões de trabalhadores clandestinos. A população estrangeira na Comunidade é majoritariamente composta de norte-africanos na França, turcos na Alemanha, turcos e marroquinos na Holanda e marroquinos na Bélgica.

No Reino Unido, 4.5% da população provem de ex-colônias (Índia, Paquistão e Caribe). Nos Países Baixos, é expressivo também o número de imigrantes de antigas colônias. Estes trabalhadores se concentram em grandes cidades, cinturões e áreas industriais emergentes. As comunidades negras na Inglaterra estabeleceram-se em Londres, oeste das *Midlands* e no norte industrializado. Na Bélgica, trabalhadores estrangeiros concentraram-se no cinturão industrial da Valônia e centros mineiros. Os estrangeiros na França se concentraram em Paris, Marselha e Lyon. Na Alemanha, eles se aglomeraram nas áreas do Ruhr, Frankfurt, Stuttgart, Mannheim, Baviera e espinha industrial Reno/ Meno. Foi após 1950, que “teve início o recrutamento sistemático de migrantes- os *Gastarbeiter*-, sendo essa a principal razão de haver mais de 5 milhões de estrangeiros com residência legal na Alemanha” (ENZENSBERGER, 1993, p. 100-101). Desde 1970, os estrangeiros representam fração considerável da população em



áreas urbanas da Alemanha. Em 1986, estrangeiros constituíam 24% da população em Frankfurt, 18% em Stuttgart, 17% em Munich, 15% em Colônia, Mannheim e Dusseldorf e 13% em Berlim. Em 1970, estrangeiros correspondiam a 34% da população de Genebra, e 20% da população das maiores conurbações suíças eram estrangeiros! Isto ocorreu porque áreas periféricas da Europa passaram a suprir de mão de obra, as áreas centrais do continente. Há autores que postulam que apenas diminuta fração dos migrantes em potencial já se pôs em movimento no mundo contemporâneo. Childe (1981, p.132) afirma que o “choque de culturas” provocado pela imigração pode paradoxalmente facilitar “a difusão de novas idéias, derrubando a rigidez das sociedades consolidadas”. E estes novos sentidos e significados dos processos migratórios tem aberto campo fértil de investigações para o Conhecimento Geográfico, em termos de fluxos e interações socioespaciais e de abordagens políticas da espacialidade. Para Corrêa (1995, p. 17), “contatos e conflitos culturais resultantes do processo migratório interregional” são, a propósito, notáveis focos de interesse para a investigação geográfica.

Uma vertente de discussão sobre a gênese destas transformações se vincularia ainda à emergência da consciência ecológica nas últimas décadas que exerceu incisiva crítica aos modelos de desenvolvimento da modernidade. E a fluidez e abrangência dos novos questionamentos e a rápida difusão de informações (há autores que especulam até sobre a atual emergência de uma sociedade civil global- DALBY, 1998; IANNI, 1993, 1997; ORTIZ, 1997).podem ter contribuído assim para uma fragilização do paradigma racionalista do *Iluminismo* (exacerbado pela dinâmica do capitalismo- SOUZA, 1995), com suas postulações de progresso material “ilimitado” e rígidas estruturação do planejamento sob a égide do Estado. Esta debilitação de paradigmas, hegemônicos no mundo há um século pode ter também influenciado as pessoas a mergulhar na busca de vínculos mais “seguros”, básicos, “de essência” e “de raiz”... o que explicaria a “redescoberta” dos valores culturais, étnicos e religiosos (que possuem aliás, evidente viés espacial!).

A Mudança de Natureza do Estado e Suas Clivagens Internas no Processo de Globalização



Os Estados não correspondem às únicas entidades politicamente significativas da atualidade. E Ortiz (1997, p. 274) postula que as identidades nacionais foram “abaladas pelo movimento da globalização”... uma vez que a modernidade-mundo multiplica os referenciais identitários, “retirando, porém, do Estado-Nação, a primazia de defini-los”. Com a globalização, características clássicas do Estado-Nação parecem radicalmente transformadas. Ianni assinala que na medida em que se desenvolve, a globalização confere novos significados à sociedade nacional... Para Andrade (1994 b, p. 12):

“o processo é dialético; ao mesmo tempo em que se observa concentração de poder em determinados macro-pólos, observa-se nas bases, uma tendência á desagregação do poder central em nível de país, de estado independente, onde grupos regionais contestam o poder central. O exemplo mais gritante é o da Iugoslávia, já desmembrada em cinco estados: Eslovênia, Croácia, Bósnia, Sérvia e Macedônia– e com possibilidade de que surjam outros, como o Kosovo e o próprio Montenegro,. Ou da Tchecoslováquia que se dividiu pacificamente em duas repúblicas. Ou da União Soviética que se dissolveu, formando 15 repúblicas, embora reunidas ainda (algumas delas) em uma Comunidade de estados independentes. Casos menos gritantes também são observados na Grã-Bretanha, na Espanha, na Itália, onde os sentimentos regionais se fortalecem a cada dia, e na África, onde países multinacionais como o Zaire, a Angola, a Nigéria e o Sudão ainda não se consolidaram.”

Kennedy (1993, p. 155), por sua vez, adverte que não devemos nos surpreender se irromperem outros conflitos internos e regionais: com a intensificação das pressões populacionais, da luta pelos recursos e com a revolução das comunicações alimentando as animosidades étnicas, “os desafios à autoridade nacional- especialmente nas partes mais pobres do mundo-, podem intensificar-se”. Mas devemos reconhecer que mesmo que a autonomia e funções do Estado tenham sido fragilizadas pelas tendências transnacionais, não apareceu substituto adequado para ocupar seu lugar como unidade-chave no enfrentamento aos desafios emergentes, na escala global.

Analisando o conflito que emergiu numa das áreas despossuídas do planeta, Castells (1998, p. 77), assinala que “o *NAFTA*, e as reformas liberalizantes promovidas pelo presidente Salinas falharam em incluir camponeses e índios no processo de



modernização” do México e a oposição *zapatista* “desafia a inevitabilidade de uma nova ordem geopolítica em que o capitalismo passa a ser universalmente aceito”.

Castells atribui a explosão dos movimentos islâmicos por sua vez à desagregação das sociedades tradicionais e às falhas do Estado-Nação “em efetivar a modernização, desenvolver a economia, e/ ou distribuir os benefícios do crescimento econômico entre a população como um todo”; enquanto que o fundamentalismo cristão nos EUA constituiria “tentativa de reassegurar o controle sobre os destinos do país e de dar uma resposta direta aos incontroláveis processos de globalização, crescentemente perceptíveis na economia e meios de comunicação de massa”. Carreras (1993, p. 137) argumenta que o Estado, “profundamente afetado pelo processo dialético de globalização e fragmentação, muda suas formas e sua organização para adaptar-se aos novos tempos, mas não dá sinais de desaparecer”. E de fato, o largo espectro de políticas através das quais os Estados nacionais podem utilizar seu poder de intervenção e regulamentação a fim de facilitar ou bloquear movimentos de Capital, força de trabalho, informações e mercadorias nos mostra que a hipótese de se descartá-los categoricamente como protagonistas de muitos acontecimentos atuais é pouco defensável. Os Estados nacionais vêm sendo “transmutados” de entidades soberanas em atores estratégicos que defendem os interesses que representam atuando em um sistema global interativo, sob a condição de aceitar basicamente um status de “soberania partilhada”. Milton Santos destaca que o Estado-Nação constituiu um marco, um divisor de águas, e acrescenta:

o território era a base, o fundamento do Estado-Nação que, ao mesmo tempo o moldava. Hoje, quando vivemos uma dialética do mundo concreto, evoluímos da noção tornada antiga, de Estado Territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território. Mas, assim como antes tudo não era, digamos assim, território “estatizado”, hoje tudo não é estritamente “transnacionalizado”. Mesmo nos lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor ao mundo, uma revanche (SANTOS, 1994, p. 15).

Para o autor, antes do enfraquecimento do Estado Territorial, “a escala da técnica e a escala da política se confundiam. Hoje essas duas escalas se distinguem e se distanciam”. Por isso as grandes contradições do nosso tempo passam pelo uso do



território. Levar em consideração a dimensão territorial significa uma mudança profunda na investigação geográfica pois as relações com que os grupos se vinculam com o meio não são materiais simplesmente: são também de ordem simbólica, o que as torna reflexivas. Rogério Haesbaert (1997, p. 40), também assinala que como processo de apropriação e controle, a territorialização “se inscreve sempre num campo de poder, não apenas no sentido da apropriação física, material (através de fronteiras jurídico-políticas, por exemplo), mas também imaterial, simbólica”. O território deve ser visto na perspectiva não apenas de domínio ou controle politicamente estruturado, mas também de uma apropriação que incorpora uma dimensão simbólica, identitária, e porque não dizer, dependendo do grupo social a que estivermos nos referindo, afetiva. Para o autor:

o território envolve sempre, ao mesmo tempo mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de ‘controle simbólico’ sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. Historicamente, podemos encontrar desde os territórios mais tradicionais, numa relação quase biunívoca entre identidade cultural e controle sobre o seu espaço, de fronteiras geralmente bem definidas, até os territórios-rede modernos, muitas vezes com uma coesão/identidade cultural muito débil. Simples patamar administrativo dentro de uma ampla hierarquia econômica mundialmente integrada” (HAESBAERT, 1997 , p. 42).

Geiger (1994, p. 245), afirma que “permanecem vivas as relações tradicionais de populações com os seus territórios, mas elas se encontram inseridas em processos universais mais amplos, comandados pela globalização”. Castells (1998, p. 65, tradução nossa), por outro lado argumenta que para os atores sociais resistentes à individualização identitária dos estilos de vida acoplados às redes globais de riqueza e poder, “as comunidades identificadas culturalmente, e de caráter religioso, nacional ou territorial parecem corresponder à principal alternativa para a construção do Significado em nossa sociedade”. Estas comunidades surgem, “como forma de reação às tendências sociais dominantes”, como identidades culturalmente constituídas, “que funcionam como refúgio, espaço de solidariedade e de proteção contra um mundo exterior hostil”...



Esta identidade própria, prossegue Castells, “se constrói através da religião, nação e localidade, cuja especificidade tende a reforçar”. Sob esta ótica é que “o fundamentalismo religioso, o nacionalismo cultural e as comunidades territoriais poderiam corresponder a reações defensivas” contra a globalização, “que dissolve a autonomia das instituições, organizações e sistemas de comunicação”... Mas, no mundo moderno, é muitas vezes impossível para os grupos cuja identidade é real, se organizar num território contínuo. Lacoste (1996, p. 124) adverte que é preciso visualizar os problemas de territórios “em diferentes níveis de análise e em toda sua complexidade, considerando que estas complexidades fazem parte da própria realidade, e que o melhor meio de evitar que degenerem em catástrofes, é levá-las em consideração”.

Quanto ao ressurgimento dos ritos e disputas religiosas, Ortiz (1997) assinala que não assistimos a um refortalecimento das crenças porque no mundo contemporâneo a religião deixa de ser uma filosofia hegemônica de compreensão e entendimento das coisas. Ou seja, os cultos, as seitas, as crenças se preservam, mas sem a capacidade de articular organicamente o todo das relações sociais. Mas se a religião não se coloca como “cimento” ou como instrumento de amalgamação social (embora ela tenha potencialmente esta capacidade), isto ocorre porque a sociedade não se alinha mais em torno de um único ‘centro’- uma vez que a concepção que visualiza o mercado como pivô da vida social impõe cada vez mais a dispersão e a individualização no tecido social. Vivemos hoje, um momento de redefinições... Pode haver uma tendência à diversidade no campo cultural e religioso (com a coexistência e enriquecimento mútuo das diferentes visões filosóficas através do diálogo e intercâmbio entre visões de mundo diferenciadas), encaminhando-se para um tênue e tenso “ponto de equilíbrio” entre a preservação de uma identidade própria de cada um dos “interlocutores” nesta busca de convergências e a postura “despojada” que criaria a capacidade de absorção de aspectos das identidades estranhas. Podemos também nos direcionar devido às inseguranças e incertezas do momento, para a radicalização em torno de identidades herméticas, transformando a religião em pretexto para a intolerância, e podendo ser gestados conflitos neste caldo de cultura para os fundamentalismos e defesa inflamada de paradigmas e territórios!

Para Haesbaert, Raffestin (1993) foi um dos investigadores que mais se dedicou à discussão conceitual sobre o território. Analisando os processos que ele denominou de

territorialização/ desterritorialização/ reterritorialização (HAESBAERT, 2007), definiu sua abordagem como um recurso analítico para apreender distinções dentro de um amplo *continuum* que se estende desde a territorialização mais fechada e enraizada dos territorialismos, como predominava entre as sociedades tradicionais (e que muitas vezes reaparece no chamado *neotribalismo* contemporâneo, até a desterritorialização mais extrema, aqui denominada de *aglomerados de exclusão*, em que os indivíduos perdem seus laços com o território e passam a viver numa mobilidade e insegurança atroz, como em muitos acampamentos de refugiados e grupos de sem-teto).

Corrêa (1995, p. 6) insere os acampamentos dos *sem-terra* do Brasil e dos *hippies* do século XX nos EUA, no contexto das “paisagens emergentes, portadoras de uma nova mensagem social”, ou das paisagens oriundas de novos grupos, que podem ter um caráter transitório, mas cuja investigação desperta interesse pelo “caráter utópico expresso em uma nova organização social e espacial e impresso na paisagem”. O autor contextualiza na realidade brasileira, a visão crítica de Cosgrove (1998) que identifica dois tipos de paisagens- da cultura dominante e alternativas, sendo estas últimas subdivididas em residuais (paisagens-relíquia, paisagens do passado), emergentes e excluídas. Este último subtipo se vincularia aos símbolos e significados concernentes às mulheres, crianças, *gays*, ciganos, gangues de rua, prostitutas e outros grupos discriminados- símbolos cuja investigação seria aliás um dos temas privilegiados de pesquisa para uma abordagem sobre a dimensão cultural do espaço. Para os *gays*, áreas dos centros urbanos que têm função mercantil no horário diurno, passam a assumir à noite, uma função de caráter lúdico, por exemplo.

Nosso país possui desde o período colonial um grande espaço, que durante séculos não foi transformado em território (através do exercício da gestão do mesmo) só vindo mesmo a tentar fazê-lo a partir de meados do século XX. Ainda que, como salienta Andrade (1994 a, p. 214):

dialeticamente, porém, a expansão do território, ao mesmo tempo em que promovia a ampliação da territorialidade, provocava a desterritorialidade nos grupos que se sentiam prejudicados com a forma e a violência com que era feita. Os indígenas, por exemplo, tomaram conhecimento do processo de espoliação econômica e de desaculturação a que estavam sendo submetidos; os posseiros, que já estavam sendo expropriados nas áreas de origem e procuravam acesso à terra naquelas em povoamento, se sentiam novamente



espoliados, e naturalmente, reagiam à territorialização a que eram submetidos pelas forças políticas e pelos órgãos de comunicação”.

Corrêa (1995, p. 16), inclui entre os temas de investigação mais indicados, para as pesquisas geográficas, “a paisagem rural brasileira como produto e, simultaneamente como matriz cultural, estabelecendo-se comparações entre paisagens pouco ou muito transformadas pela modernização no campo”, bem como “a percepção e avaliação ambiental por parte dos grupos sociais, incluindo os naturais e os imigrantes, da natureza e dos ambientes socialmente produzidos”. No contexto dos cerrados, Haesbaert (1996, p. 367) por sua vez investigou as mutações em um espaço que alguns convencionaram denominar de o “Novo” Nordeste,

especialmente o oeste baiano, onde redes de uma modernização agrícola de conexões globais vinculada principalmente ao complexo agroindustrial da soja e difundida por migrantes sulistas conjugam-se com tentativas de controle e um redesenhar de territórios que não apenas corroboram essa nova dinâmica econômica, mas também envolvem a (re)invenção de identidades na tentativa de legitimar novas unidades político-administrativas. Nesse processo, um dos confrontos mais importantes é aquele que ocorre entre os migrantes sulistas (conhecidos genericamente como ‘gaúchos’) e os ‘nativos’ nordestinos”.

Nesses cenários, Haesbaert (1997, p. 143), identificou que, diante de uma territorialização ordenada a partir do cotidiano e vivência dos grupos sociais relativamente isolados dos *Gerais* (cujos laços com a terra eram mais intuitivos e “a-legais”, do que formais e “legais”), “a desterritorialização implementada a partir da modernização agrícola e a chegada dos sulistas desencadeou complicado processo de legalização de terras com a conseqüente construção de novas fronteiras no sentido de formalização do domínio da terra”. A reapropriação dos espaços, premente nos nossos dias envolve certamente aquilo que denominamos processo de reterritorialização. E a reterritorialização dos sulistas ou “gaúchos” nos *Gerais* nordestinos constitui um exemplo da conjunção complexa e às vezes conflitiva, entre as redes promovidas pelo grande capital (transnacional por definição, ou seja, “sem pátria”), cuja lógica é sobretudo desterritorializadora, e os territórios, especialmente aqueles propostos pelos



grupos que tentam, a nível local, resguardar elementos de sua cultura e exercer influência sobre as decisões políticas, numa dinâmica reterritorializadora. Segundo Ortiz, desterritorialização significa “deslocalização das relações sociais de um entorno físico determinado”. Mas a desterritorialização não significa o “fim das fronteiras” ou o “esvaziamento do espaço”. Seria mais correto dizer que “a desterritorialização propicia a diluição das fronteiras conhecidas através da criação de novos contornos” (ORTIZ, 1997, p. 272), pois “a modernidade, ao romper com a geografia tradicional, cria novos limites”. Haesbaert acrescenta que diante das posições muito controversas que envolvem a interpretação da “nova desordem mundial”, podemos afirmar que o mundo vive hoje um dos seus períodos mais contraditórios/ complexos, em que se mesclam os mais diversos níveis de desterritorialização... Na verdade, podemos encontrar lado a lado a globalização econômica estimulada por redes tecnológicas sofisticadas, movimentos neoterritorialistas de (re)enraizamento que muitas vezes promovem a (re)construção de identidades tradicionais, e a exclusão socioeconômica e cultural mais violenta, sem identidade. Castells (1998, p. 65) salienta, a propósito, que: “quando as redes dissolvem o tempo e o espaço, as pessoas se ancoram nos lugares, e chamam de volta sua memória histórica”.

Considerações Finais

Para Ortiz (1997), história, antropologia e geografia convergem na afirmação da territorialidade das culturas. E Bertha Becker destaca que o rompimento da divisão do espaço e do poder mundiais em dois blocos e a distensão daí decorrente, trouxeram à luz as diferenciações espaciais, significando a recuperação do político e da cultura expressos em conflitos pela definição de territórios. Contextualizando estas afirmações na Amazônia (BECKER, 2008; BECKER, STENNER, 2008), a autora acrescenta: a expansão da frente da tecnologia avançada numa área “de fronteira” como Carajás implica em conflitos decorrentes da disputa não mais apenas pela terra, mas por territórios onde se localizam jazidas de minérios, envolvendo empresas, garimpeiros e índios. Trata-se de conflitos de territorialidade, entendida como uma estratégia para influenciar ações através do controle do espaço e do tempo. Definindo e discutindo os

vetores de transformação regional que expressam a estrutura transicional do Estado e do Território e retratando os projetos conservacionistas, a autora afirma que eles correspondem “a experiências associadas à bio-sociodiversidade da Amazônia”- e representam “novas territorialidades resistentes à expropriação” (BECKER, 1999, p. 171). Ladoucer (1996) e Berta Ribeiro (1992) por sua vez colocam em foco os impasses enfrentados pelas comunidades indígenas em Carajás, neste novo confronto. E na área norte-amazônica, Birraux-Ziegler (1995) denuncia os significativos impactos gerados pela invasão da área yanomâmi por não-índios. Os Yanomâmi (RR) e os Cintas Largas (RO/ MT) são hoje as sociedades indígenas mais impactadas pelo desordenado contato com a nossa civilização tendo sofrido depopulação e expressiva desarticulação cultural (ANDUJAR, 2006; ROCHA, 2007). Há aqui uma contraposição, entre “forasteiros” e comunidades autóctones com uma relação íntima, mítica com a terra. E o espaço constitui um elemento-chave para os modos de conceptualização das sociedades indígenas: os estudos etnogeográficos identificam que ele é o depositário de sua memória, de sua mitologia e corresponde a um elemento estrutural de seu sistema sociopolítico. O território constituiria segundo Birraux-Ziegler (1995), um fator de coesão para as comunidades yanomâmi e de estruturação de suas relações com o Cosmos. Outros povos se adaptam à nova realidade de contato indiscriminado, se redirecionam e surpreendentemente resgatam sua herança cultural, assegurando também o domínio de territórios (DEUS, 2007, 2009). Segundo Martins (1996, p. 39), um aspecto novo e fundamental é que os indígenas têm pressionado os “brancos” com êxito, no sentido da expansão das fronteiras de seus territórios de confinamento, “como tem se dado com os Kayapó; ou reocupado fazendas abertas em seus antigos territórios como ocorre com os Xavante”. Os Kayapó (baixo/ médio Xingu, sudeste do Pará e norte do Mato Grosso- Amazônia Oriental) e Xavante (Rio das Mortes- Mato Grosso- Brasil Central) integram a família *jê*, que inclui povos indígenas caracterizados pelos etnólogos como casos notáveis de resistência sociocultural. A capacidade de reação/ resposta dos povos indígenas aos desafios introduzidos pelo contato varia em função da sua diversidade cultural, localização geográfica, experiências históricas de contato, etc. Mas após um aprendizado secular de tensa e atribulada convivência com a sociedade envolvente, há comunidades que não apenas aprenderam a revalorizar sua identidade étnica, como entendem que é importante divulgá-la como estratégia de contato com o



mundo exterior para despertar interesse na mídia e resgatar sentimentos guardados com carinho no inconsciente coletivo.

A redescoberta da complexidade do mundo é enriquecedora para a Geografia. Segundo Vesentini é precisamente enfrentando desafios, refletindo sobre as mudanças que se desenvolve o raciocínio e a crítica (VESENTINI, 1991, 1997). Gomes (1995, p. 73), por sua vez assinala que “a tão decantada globalização parece concretamente não ter conseguido suprimir a diversidade espacial, talvez nem a tenha diminuído”; observando ainda: “se hoje o capitalismo se ampara em uma economia mundial, não quer dizer que haja uma homogeneidade resultante desta ação”. Dalby (1998, p. 299, tradução nossa), postula por sua vez que há hoje uma cultura global e simultaneamente, várias culturas locais, na medida em que o processo de mundialização “envolve tanto a reinvenção de identidades como sua apropriação”, e nos espaços de resistência, os movimentos podem utilizar como instrumentos de luta, artefatos da própria cultura global (como as ferramentas tecnológicas). Para Ortiz (1997), uma cultura mundializada não implica o aniquilamento das outras manifestações culturais, ela coabita e se alimenta delas. Benko (1997, p. 28) por sua vez se reporta à recente ressurgência da “Geografia Cultural”, assinalando que há poucas dúvidas quanto à influência exercida no pensamento geográfico tanto pela modernidade, “como, por exemplo, na revolução quantitativa, quanto pela pós-modernidade com o colapso das teorias e uma nova ênfase na diversidade”. O autor defende a necessidade do pluralismo no discurso geográfico e registra que na pós-modernidade se assiste à “valorização da pluralidade dos lugares”. É preciso assim que a geografia cultural se torne uma reflexão sobre o papel que o espaço e o meio têm na vida dos homens, sobre o sentido que eles lhe dão e sobre a maneira pela qual eles os utilizam para melhor se compreenderem e construírem seu ser profundo. É Milton Santos (1994, p. 20) que destaca: “o espaço aparece como um substrato que acolhe o novo, mas resiste às mudanças, guardando o vigor da herança material e cultural, a força do que é criado de dentro e resiste, força tranqüila que espera, vigilante, a ocasião e a possibilidade de se levantar”. Os velhos cimentos tornam-se novos cimentos: línguas, religiões, culturas, modos de contemplar a Natureza, o Universo, modos de se ver e de ver os outros. E as identidades culturais possuem quase sempre uma base espacial, um referencial geográfico que as legitima e fortalece (por exemplo: as cidades santas do Islã ou os *bantustans* em que os negros sul-

africanos foram segregados à época do *apartheid*). Castells (1998, p. 360-361, tradução nossa). Castells (1998, p. 360-361, tradução nossa) identificou como sujeitos potenciais da Era da Informação, “os movimentos sociais emergentes de resistência comunitária à globalização, à reestruturação capitalista, à organização e informação estruturadas em redes e ao patriarcalismo”. Em nossa avaliação, poderia se postular que na escala regional, a demarcação de reservas indígenas (Oliveira visualiza, a propósito, o indigenismo e a ação indigenista como uma forma de territorialização- OLIVEIRA, 1988) e a apropriação de espaços públicos por determinados grupos e outras “territorialidades flexíveis” na escala local- a que se refere muito pertinentemente Souza (1995) nas grandes metrópoles-, constituem exemplos destas **bases geográficas de corte étnico ou cultural**. Há portanto, vínculos conspícuos entre o Espaço e a Cultura, e os desafios e perplexidades do momento atual podem se traduzir, surpreendentemente, numa nova fase, revitalizadora, densa, para o Conhecimento e investigação geográficos.

Referências Bibliográficas

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno – A Pluralidade da Geografia e a Necessidade das Abordagens Culturais. In: KOZEL, Salete, SILVA, Josué da Costa, GIL FILHO, Sylvio Fausto. **Da Percepção e Cognição à Representação: Reconstruções Teóricas da Geografia Humanística**. São Paulo: Terceira Margem/ NEER, 2007, p. 15-35.

ANDRADE, Manuel Corrêa – Territorialidades, Desterritorialidades, Novas Territorialidades: Os Limites do Poder Nacional e do Poder Local. In: SANTOS,

Milton, Maria Adélia A., SILVEIRA, Maria Laura. **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Editora Hucitec/ ANPUR, 1994^a, p. 213-220.

_____. - **Uma Geografia Para o Século XXI**. Campinas (SP): Papirus Editora, 1994b, 114 p.

ANDUJAR, Cláudia - Convivência com os Yanomami- Grafismo dos Yanomami. In: BYINGTON, Carlos Amadeu Botelho. **Moitará I- O Simbolismo nas Culturas Indígenas Brasileiras**. São Paulo: Editorial Paulus, 2006, p. 157-163.

ARBEX Jr., J.– **Islã**, um Enigma de Nossa Época. São Paulo: Moderna, 1996, 104 p.

BECKER, Bertha K. – A Geopolítica na Virada do Milênio: Logística e Desenvolvimento Sustentável. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 271-307.

_____ - Amazônia, Fronteira Experimental Para o Século XXI: Atores, Estratégias, Conceitos. In: RIOS, André Rangel *et. al.* **Bioética no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1999, p. 165-200.

_____ - Fronteiras Amazônicas no Início do Século XXI. In: CAPOZZOLI, Ulisses. **Amazônia: Destinos**. São Paulo: Duetto Editorial, 2008, p. 92-98.

BECKER, Bertha K.; STENNER, Cláudio – **Um Futuro Para a Amazônia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008, 150 p.

BENKO, Georges – Modernity, Postmodernity and the Social Sciences. In: BENKO, Georges, STROHMAYER, Ulf. **Space and Social Theory: Interpreting Modernity and Postmodernity**. Oxford: Blackwell Publishers, 1997, p. 1-44.

BIRRAUX-ZIEGLER, Pierrette - La Territorialité des Indiens Yanomami du Nord du Brésil: Aspects Ethnogeographiques et Geopolitiques. In: CLAVAL, Paul, SINGARAVELOU. **Ethnographiques**. Paris: L'Harmattan, 1995, p. 173-191.

BRENER, J. – **O Mundo Pós-Guerra Fria**. São Paulo: Editora Scipione, 1994, 127 p.

BRETON, Roland J. L. – **Geografia das Civilizações**. Tradução de L. L. Oliveira. São Paulo: Editora Ática, 1990, 126 p. Original Francês.

CANNON, T.; JENKINS, A. – **The Geography of Contemporary China- The Impact of Deng Xiaoping's Decade**. Londres: Routledge, 1992, 316 p.

CARRERAS, C. - O Novo Mapa da Europa. In: SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia A., SCARLATO, Francisco Capuano, ARROYO, Mônica. **O Novo Mapa do Mundo- Fim de Século e Globalização**. São Paulo: Hucitec/ ANPUR, 1993, p. 129-138.

CARVALHO, Edgard de Assis – Identidade Étnico-Cultural e Questão Nacional. In: SANTOS, Sílvio Coelho, WERNER, Dennis, BLOEMER, Neusa Sens, NACKE, Aneliase. **Sociedades Indígenas e o Direito: Uma Questão de Direitos Humanos- Ensaio**. Florianópolis: Editora UFSC/ CNPq, 1985, p. 67-75.

CASTELLS, Manuel - **The Power of Identity**. Oxford: Blackwell, 1998, 461 p.

CASTRO, M. G. – Latinos nos Estados Unidos: Unindo a América, Fazendo a América ou Perdendo a Nossa América? In: LAVINAS, Lena, CARLEIAL, Liana Maria da Frota, NABUCO, Maria Regina. **Integração, Região e Regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, p. 273-293.

CHILDE, Gordon Vere – **A Evolução Cultural do Homem**. 5 ed. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, 229 p. Original Inglês.

CLAVAL, Paul – **A Geografia Cultural**. Tradução de Luís F. Pimenta e Margareth C.

A. Pimenta. FLORIANÓPOLIS: Editora UFSC, 1999, 453 p. Original Francês.

_____ - Geografia e Dimensão Espacial: A Importância dos Processos na Superfície da Terra. In: ALMEIDA, Maria Geralda, CHAVEIRO, Eguimar Felício, BRAGA, Helaine Costa. **Geografia e Cultura- Os Lugares da Vida e a Vida dos Lugares**. Goiânia: Editora Vieira, 2008, p. 17-46.

COMITÊ EDITORIAL “GÉOGRAPHIE ET CULTURES” – La Culture Dans Tous Ses Espaces. **Géographies et Cultures**, Paris, n. 1, p. 3-5, 1992.

CORRÊA, Roberto Lobato – A Dimensão Cultural do Espaço: Alguns Temas. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 1-22, out. 1995.

COSGROVE, Denis E.– A Geografia Está Em Toda a Parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 92-122.

DALBY, Simon - Geopolitics and Global Society: Culture, Identity and the “Pogo Syndrome”. In: Ó TUATHAIL, Gearóid, DALBY, Simon. **Rethinking Geopolitics**. Londres: G. Ó Tuathail & S. Dalby, 1998, p. 296-313.

DEUS, José Antônio Souza - Etnogeografia e Dinâmica da “Fronteira”: Novas Territorialidades Indígenas e Sustentabilidade Cultural dos Povos Aruak das *Rain-Forests* na Amazônia Ocidental. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 12, Montevidéo, 2009. **Anais...** Montevidéo, 2009, p. 1-16.

_____ - Linhas Interpretativas e Debates Atuais no Âmbito da Geografia Cultural, Universal e Brasileira. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 15, n. 25, p. 45-59, 2005.

_____ – Sustentabilidade na Agricultura, Experiências Agroflorestais na Amazônia Brasileira e o Exercício de Novas Territorialidades Indígenas na Fronteira. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3, Londrina/ PR, 2007. **Anais...** Londrina: UEL/ USP/ UNESP/ UFMS/ UNIOESTE-PR/ AGB, 2007, CD-ROM. p. 1-25.

_____ - Territórios em Mudança, Urbanização e Migração: Apresentação. **Cadernos do Leste**, Belo Horizonte, v. 6, p. 3-6, 2004.

DOLLFUSS, R. A. – Geopolítica do Sistema-Mundo. In: SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia A., SCARLATO, Francisco Capuano, ARROYO, Mônica. **O Novo Mapa do Mundo- Fim de Século e Globalização**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1993, p. 23-45.

DREIFUSS, René Armand – **A Época das Perplexidades-** Mundialização, Globalização e Planetarização: Novos Desafios. Rio de Janeiro: Vozes, 1996, 350 p.

ENZENSBERGER, Hans Magnus – O Vagão Humano. In: CIVITA, Victor. **Reflexões Para o Futuro**. São Paulo: Editora Abril, 1993, p. 90-107.

FAVROD, C. H. – **A África Negra**. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1981, 253 p.

FICKELER, Paul – Questões Fundamentais na Geografia da Religião. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, Edição Comemorativa 1993/ 2008, p. 7-35, 2008.

GALLAIS, Jean – Alguns Aspectos do Espaço Vivido nas Civilizações do Mundo Tropical. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n.6, p. 7-15, 1998.

GEIGER, P. P. – Des-Territorialização e Espacialização. In: SANTOS, Milton, Maria Adélia A., SILVEIRA, Maria Laura. **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Editora Hucitec/ ANPUR, 1994, p. 233-246.

GOMES, Paulo César da Costa – O Conceito de Região e Sua Discussão. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 49-76.

HAESBAERT, Rogério- Concepções de Território Para Entender a Desterritorialização.

In: SANTOS, Milton, BECKER, Bertha K. **Território, Territórios: Ensaio Sobre o Ordenamento Territorial**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2007, p. 43-71.

_____ - **Des-Territorialização e Identidade: A Rede Gaúcha** no Nordeste. Niterói (RJ): EdUFF: 1997, 293 p.

_____ - “Gaúchos” e Baianos no “Novo” Nordeste: Entre a Globalização Econômica e a Reinvenção das Identidades Territoriais. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato. **Brasil: Questões Atuais da Reorganização do Território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 367-418.

HUNTINGTON, Samuel – **O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial**. Tradução de M. H. C. Cortes, Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1996, 455 p. Original Inglês.

IANNI, Octávio – Nação e Globalização. In: SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia A., SCARLATO, Francisco Capuano, ARROYO, Mônica. **O Novo Mapa do Mundo- Fim de Século e Globalização**. São Paulo: Editora Hucitec/ ANPUR, 1993, p. 66-74.

_____ - **Teorias da Globalização**. 4 Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, 225 p.

JACOMINI, M. A. – **Guerra da Bósnia- Restauração Capitalista Num Mundo Globalizado**. São Paulo: Editora Moderna, 1998, 119 p.

KENNEDY, P. – **Preparando Para o Século XXI**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1993, 470 p. Original Inglês.

LACOSTE, Yves – Balkans et Balkanization. **Hérodote**, Paris, n. 63, p. 3-13, 1991.

_____ – Encore et Toujours des Territoires. **Géographies et Cultures**, Paris,

n. 20, p. 119-124, 1996.

LADOUCCER, Micheline – Droits Territoriaux et Espaces Socio-Culturels au Brésil: Le Cas du Carajás. **Géographie et Cultures**, Paris, n. 19, p.79-94, 1996.

McLAUGHLIN, J. – Defending the Frontiers: the Political Geography of Race and Racism in the European Community. In: WILLIAMS, Colin H. **The Political Geography of the New World Order**. Londres: Belhaven, 1993, p. 20-45.

MARTINS, José de Souza - O Tempo da Fronteira: Retorno à Controvérsia Sobre o Tempo Histórico da Frente de Expansão e da Frente Pioneira. **Tempo Social**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, 1996.

MAYOR, Aracelli Burguete Cal – Una Década de Autonomías de Facto em Chiapas (1994/ 2004): Los Limites. In: DÁVALOS, Pablo. **Pueblos Indígenas, Estado y Democracia**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p.239-278.

MELLOR, Roy E. H.– **Nation, State and Territory**. Londres: Routledge, 1989, 218 p.

OLIVEIRA, João Pacheco - **Indigenismo e Territorialização: Poderes, Rotinas e Saberes Coloniais no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra Capa Editora, 1998, 310 p.

OLIVER, Roland – **A Experiência Africana: Da Pré-História aos Dias Atuais**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, 313 p. Original Inglês.

ORTIZ, Renato – Mundialização, Cultura e Política. In: DOWBOR, Ladislau, IANNI, Octávio, RESENDE, Paulo Edgard A. **Desafios da Globalização**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1997, p. 270-275.

POTTS, D. – The Changing Geography of Southern Africa. In: CHAPMAN, Graham, BAKER, Kathleen M. **The Changing Geography of Africa and the Middle East**. Londres: Routledge, 1992, p. 12-51.

RAFFESTIN, Claude – **Por Uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993, 269 p. Original Francês.

RIBEIRO, Berta- **Amazônia Urgent: Five Centuries of History and Ecology**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia/ UFMG, 1992, 271 p.

ROCHA, Jan – **Haximu: O Massacre dos Yanomami e as Suas Consequências**. Tradução de Rubens G. Merino. São Paulo: Editora Casa Amarela, 2007, 143 p.

RYGIEL, K. – Stabilizing Borders: the Geopolitics of National Identity Construction in Turkey. In: Ó TUATHAIL, Gearóid, DALBY, Simon. **Rethinking Geopolitics**. Londres: G. Ó Tuathail/ S. Dalby, 1998, p. 106-130.

ROSENDAHL, Zeny - Religião e Espaço- Os Caminhos da Construção Teórica: Ratificando e Exemplificando as Relações Entre Espaço e Religião. In: ROSENDAHL, Zeny, CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço e Cultura: Pluralidade Temática**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, p. 47-78.

ROUX, Michel – Guerre Civile et Enjeux Territoriaux em Yugoslavie. **Hérodote**, Paris, n. 63, p. 41-46, 1991.

SANTOS, Wanderley Guilherme – Não ao Fracasso! In: CIVITA, Roberto. **Reflexões Para o Futuro**. São Paulo: Editora Abril, 1993, p. 148-155.

SOUZA, Marcelo J. L. – O Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

SCHLESINGER, Hugo; PORTO, Humberto – **Geografia Universal das Religiões**. São Paulo: Edições Paulinas, 1988, 797 p.

VESENTINI, José William– **A Nova Ordem Mundial**. São Paulo: Editora Ática, 1997, 80 p.

_____ - **O Ensino de Geografia e as Mudanças Recentes no Espaço Geográfico Mundial**. São Paulo: Editora Ática, 1991, 32 p.

Recebido para publicação em junho de 2009

Aprovado para publicação em julho de 2009